



UNIFEOb
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA
CONTÁBIL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2023



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

**RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA
CONTÁBIL**

MÓDULO AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

AUDITORIA CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR MONTANHEIRO

PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR
MONTANHEIRO

ESTUDANTES:

CECILIA TIEKO GIBO, RA 1012021100257

GESNER DE SOUZA RIBEIRO, RA 1012021100223

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROJETO INTEGRADO	3
2.1 AUDITORIA CONTÁBIL	3
2.1.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	5
2.1.2 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.	7
2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL	12
2.2.1 PERITO CONTÁBIL E A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL	13
2.2.2 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL	15
2.2.3 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL	16
2.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO CONFLITOS	17
2.3.1 GERENCIANDO CONFLITOS	17
2.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA	19
3. CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIAS	25
ANEXOS	26
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO	51

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho de PI faremos um estudo referente a auditoria e perícia contábil, onde na auditoria abordaremos temas relacionados ao significado da auditoria e também faremos a análise de um relatório de auditoria de uma empresa real.

Abordaremos no tema perícia contábil todo o seu significado e estrutura onde veremos a importância deste tema para busca de solução para um conflito contábil.

No tema de formação para a vida abordaremos informações referente ao gerenciamento de conflitos, onde veremos as possíveis causas de um conflito e também alguns meios de buscar a solução dos mesmos.

2. PROJETO INTEGRADO

2.1 AUDITORIA CONTÁBIL

O processo de auditoria busca apoiar as entidades, averiguando a eficácia e eficiência de seus processos internos e das movimentações de seu patrimônio.

Todas as empresas devem possuir um sistema de controles internos, pois sua existência irá permitir um acompanhamento em tempo real dos processos operacionais em uma companhia, assegurando que as atividades estejam sendo feitas de forma eficaz, eficiente, de modo a alcançar os objetivos operacionais da empresa, minimizando perdas e maximizando ganhos.

Além disso, para uma boa aplicação dos controles internos deve-se conhecer seus princípios fundamentais para se conhecer qual o melhor modelo de controle interno deve ser aplicado em cada um dos setores, pois diferentes setores exigem diferentes modelos de controles, além de ter descrito todos os processos para sua execução.

O controle, portanto, consiste no conjunto de procedimentos, métodos e rotinas com o objetivo de orientar a operacionalização das atividades, proteger o patrimônio, produzir informações confiáveis, além de auxiliar os gestores na conduta ordenada nas atividades da instituição.

Desta forma, as funções de controle podem ser exercidas reciprocamente por gestores ou colaboradores de outras áreas, mas nunca ser deixadas de lado no processo de gestão organizacional.

Esta equipe escolheu para a realização deste PI, uma empresa do terceiro setor, uma ONG Educacional, o Instituto Natura, que foi fundada em 2010 pela empresa Natura, com o propósito de ampliar os investimentos em educação realizados pela Natura desde 1995.

O Instituto Natura é uma organização sem fins lucrativos, que atua em conjunto com diversos setores da sociedade para transformar a educação, sempre em busca de garantir aprendizagem de qualidade para todas as crianças e jovens, que já resultaram em muitos projetos desenvolvidos, parcerias estabelecidas e milhões de beneficiados impactados.

A maior parte dos recursos do Instituto Natura são provenientes da venda dos produtos da linha Crer Para Ver que foi criada em 1995, tendo como intuito a geração de recursos para os investimentos nos projetos educacionais. Em 2018, sua arrecadação foi de R\$29,1 milhões.

Todo o lucro da linha é investido nas iniciativas de educação do Instituto Natura. Já a estrutura operacional do instituto, como escritório e colaboradores, é subsidiada pela Natura.

Segue no quadro abaixo as principais informações do CNPJ do Instituto Natura:

CNPJ	12.384.445/0001-00 MATRIZ
Nome da empresa	INSTITUTO NATURA
Início atividade data	2010-06-02
Natureza jurídica	Associação Privada
Situação cadastral	ATIVA desde 2010-06-02
Qualificação do responsável	Diretor
Porte da empresa	DEMAIS
Opção pelo simples	NÃO OPTANTE
Opção pelo MEI	NÃO

2.1.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Valendo-se do questionário recomendado para este tópico e considerando que a organização escolhida por esta equipe é uma empresa do terceiro setor, uma ONG Educacional, sem fins lucrativos, seguem as observações ao sistema de controle interno da empresa.

O cumprimento dos objetivos sociais e a captação de recursos que viabilizem a sustentabilidade econômica são atualmente, as maiores preocupações das entidades pertencentes ao terceiro setor. E as organizações que almejam estar inseridas no ambiente em que atuam, de maneira sólida e com recursos devidamente controlados

para melhor conduzir as atividades e poder realizar suas metas e objetivos, precisam contar com um eficiente sistema de controle interno.

A utilização de controles dentro das Organizações do Terceiro Setor contribui desde a captação de recursos, passando pela gestão de um modo geral, até a elaboração de prestações de contas de forma correta, permitindo, deste modo, que o ciclo seja realimentado com novos ingressos de recursos.

Não é obrigatório que as Organizações do Terceiro Setor tenham estruturada uma área de controladoria. O que é imprescindível é que utilizem as ferramentas e técnicas de controle.

Vale destacar que as Organizações do Terceiro Setor necessitam, ainda, acompanhar de perto as questões relativas às imunidades e isenções, relações trabalhistas, obtenção e renovação de qualificações, títulos e certificados concedidos pelo Poder Público, retenções de tributos na fonte, cumprimento de obrigações acessórias, gestão e prestação de contas de recursos públicos, dentre outros procedimentos os quais exigem certa capacitação profissional.

Para que seja possível realizar as atividades de controle na organização, inicialmente é necessário que os responsáveis por esta atribuição possuam, no mínimo:

- * Conhecimento da legislação, principalmente a inerente ao terceiro setor;
- * Conhecimento da missão, visão e fins da instituição;
- * Conhecimento sobre o estatuto da organização;
- * Conhecimento acerca dos planos de longo e curto prazo da instituição;
- * Conhecimento de finanças e contabilidade;
- * Capacidade de se manter atualizado em sua área de atuação;

* Capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares, visto que, por vezes, as entidades trabalham com projetos diversos ao mesmo tempo.

2.1.2 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Conforme tópicos acima, esta equipe escolheu uma empresa do terceiro setor para este PI, o Instituto Natura, que pela natureza jurídica - associação privada sem fins lucrativos, é classificada com o porte demais, portanto a empresa por nós escolhida não é nem uma empresa S/A e nem uma empresa de grande porte, mas pela transparência de suas atividades, submete-se periodicamente a auditorias independentes.

E seguindo o determinado neste tópico, preenchemos a seguir o questionário de acordo com o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis do Instituto Natura, que apresentamos em anexo :

I- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis (RAI s/ D. C.)

- 1) Título: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
- 2) Destinatário: Aos Conselheiros e Administradores do Instituto Natura
- 3) Destaque ou Descreva a Seção da Opinião
 - a) Descreva qual é a natureza da Opinião do RAI s/ D.C. se é com:
 - i) (X) Opinião Sem Modificações (identifique na seção de opinião a expressão)
(X) sem modificação; “**apresentam adequadamente**”
 - () sem modificação com parágrafo de ênfase;
 - () sem modificação com parágrafo de outros assuntos;
 - () sem modificação com parágrafo de ênfase e de outros assuntos

ii) () Opinião Modificada (identifique na seção de opinião a expressão)

-Com Ressalva; Adverso; Abstenção de Opinião.

-Na Opinião Modificada poderá conter os parágrafos de ênfase e de outros assuntos (identifique os §§).

b) Identificar e destacar o que o auditor expressa na seção da opinião Sem modificação:

R: *“Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Natura em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos.”*

i) Identificar a entidade cujas demonstrações contábeis foram auditadas?

R: *Instituto Natura - ONG Educacional - CNPJ nº 12.384.445/0001-00*

ii) Especificar a data ou o período de cada demonstração que compõe as D.C?

R: *A posição patrimonial e financeira do Instituto Natura em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data*

iii) Identificar o título de cada Demonstrações Contábeis (D.C), Nota Explicativas e as Principais Políticas Contábeis

R: *Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa.*

Modificado

i) Identificar a base de opinião e os tópicos acima?

4) Seção Base para Opinião

i) Identificar que a auditoria foi conduzida em conformidade com as normas de auditoria;

ii) Identificar as responsabilidades do auditor, segundo as normas de auditoria;

iii) Identificar que o auditor é independente da entidade de acordo com as exigências éticas.....

iv) Identificar a jurisdição de origem das exigências éticas relevantes.....

v) Identificar que a evidência de auditoria obtida por ele é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião.

R: *“Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.”*

5) Seção Continuidade Operacional

Esta seção somente será aplicável se o auditor no seu julgamento apresenta alguma incerteza no pressuposto de continuidade.

R: *Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.*

6) Seção Principais Assuntos de Auditoria

i) Identificar os principais aspectos importantes abordados pelo auditor nos seus exames.

7) Seção Outras Informações (todos)

i) Identificar informações inconsistentes e distorção de um fato que contradizem as D.C.

R: *Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa*

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

8) Seção Responsabilidades pelas D. C.

a) Identificar e destacar no parágrafo onde explica a responsabilidade da administração:

i) pela elaboração..... ?

ii) pelos controles internos..... ?

R: A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

b) Identifique os nomes dos responsáveis pela administração da empresa – Presidente, Diretoria (Adm. Financeira) e Contador (realce obrigatório).

9) Seção da Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das D. C,

a) Identificar e destacar qual a responsabilidade do auditor?

i) Nossos objetivos são..... ?

ii) Segurança razoável é um..... ?

iii) As distorções podem ser..... ?

R: “Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.”

b) Identificar e destacar como parte da auditoria realizada, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso?

i) Identificamos e avaliamos os riscos..... ?

ii) Obtemos entendimento dos controles internos..... ?

iii) Avaliamos a adequação das políticas contábeis..... ?

iv) Concluímos sobre a adequação do uso..... ?

v) Avaliamos a apresentação geral..... ?

R: *”Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.”*

c) Identificar e destacar os assuntos sobre os responsáveis pela governança?

i) Comunicamo-nos ?

ii) Fornecemos também aos..... ?

iii) Dos assuntos que foram objeto de comunicação com..... ?

Descrevemos esses assuntos..... ?

R: *“Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.”*

d) Identifique os nomes da Empresa de Auditoria e Auditor Contador com o CRC.

R: *Empresa de Auditoria - Pricewaterhousecoopers/Auditores Independentes Ltda - CRC 2SP000160/O5. Contador Rodrigo Lobenwein Marcatti CRC IMG091301/O2*

10) Aponte no RAI sobre D.C alguma anormalidade na Publicação. (Termos indevidos ou falta de alguma palavra; caso não ocorra destaque item não aplicável).

11) Identifique e destaque data e local da emissão do RAI sobre D. C.

R: *“São Paulo, 19 de abril de 2022”*

2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL

A perícia contábil se caracteriza por ser uma função do perito contábil onde visa a análise e conferência de provas constatando se houve ou não irregularidades fiscais. Para isso, o perito deve ter o domínio de técnicas de contabilidade a fim de embasar seus conhecimentos nas constatações.

Na solução de um conflito podemos utilizar de algumas ferramentas que se caracterizam pela mediação, conciliação e arbitragem contábil.

A mediação é o processo onde os conflitantes recebem o auxílio de um terceiro onde deve ser imparcial em relação às duas partes e não deve possuir interesse no processo, onde a função do mediador é fazer com que as partes divergentes possam chegar a um acordo considerado bom para ambas as partes.

A conciliação é um processo mais breve, sendo oriundo de ajustes de interesse entre as partes discordantes que também é necessário um conciliador a fim de fazer com que se chegue a um acordo e diferentemente de um mediador o conciliador apenas sugere sugestões a fim de solucionar um conflito. A arbitragem se caracteriza por um

meio regulamentado por lei que visa a solução de conflitos, onde o período para este processo é bem mais rápido se comparado a um processo judicial normal.

2.2.1 PERITO CONTÁBIL E A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL

a) Qual a diferença entre Perito Contábil e Assistente Técnico?

De acordo com a norma brasileira de contabilidade NBC PP 01 (R1) de 19 de março de 2020, perito é o contador detentor de conhecimento técnico e científico, regularmente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e no cadastro nacional de peritos contábeis, que exerce a atividade pericial de forma pessoal ou por meio de órgão técnico ou científico.

O assistente técnico é um profissional contábil com as mesmas competências e habilidades profissionais que o perito, comprovadas pela certidão de regularidade profissional emitida pelos Conselhos Regionais de Contabilidade ou do Cadastro Nacional de peritos contábeis do CFC.

A diferença entre o Perito e o assistente técnico é que o Perito contábil é indicado pelo Tribunal e o Assistente Técnico é contratado pelas partes.

a) Quando o Perito é acusado profissionalmente, por suspeição e impedimento.

O perito deve declarar-se suspeito quando, após nomeado ou contratado verificar a ocorrência de situações que venham suscitar suspeição em função da imparcialidade ou independência, e dessa maneira, comprometer o resultado do trabalho em relação à decisão.

Os casos de suspeição e impedimento a que está sujeito o perito nomeado são:

- ser amigo íntimo de qualquer das partes;
- ser inimigo capital de qualquer das partes;
- ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau ou entidades das quais esses façam parte de seu quadro societário ou de direção;
- ser herdeiro presuntivo ou donatário de alguma das partes ou dos seus cônjuges;
- ser parceiro, empregador ou empregado de uma das partes
- aconselhar, de alguma forma, parte envolvida no litígio acerca do objeto da discussão;
- Se caso houver qualquer interesse no julgamento da causa em favor de uma das partes.

O perito pode também ser declarado suspeito por motivo de foro íntimo.

Na perícia contábil o perito tem o dever de respeitar os princípios da ética e do direito, atuando com lealdade, idoneidade e honestidade no desempenho de suas atividades, sob pena de responder civil, criminal, ética e profissional por seus atos.

a) A realização da Perícia Contábil é feita através dos procedimentos periciais dos quais são base para suportar o Laudo Pericial. Comente quais são estes procedimentos?

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a

justa solução do litígio, em conformidade com as normas jurídicas, a legislação específica no que for pertinente.

2.2.2 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL

O laudo pericial contábil é orientado e conduzido pelo perito contador, que adotará padrão próprio, respeitada a estrutura prevista nesta norma. Nele serão registrados de forma circunstanciada, clara e objetiva, sequencial e lógica, o objeto da perícia, os estudos e observações realizadas, as diligências executadas para a busca de elementos de prova necessários, a metodologia e critérios adotados e os resultados deverão estar fundamentados e com conclusões.

A estrutura de um laudo pericial deve conter no mínimo os seguintes itens:

- Identificação do processo e das partes;
- Síntese do objeto da perícia
- Metodologia adotada para os trabalhos periciais;
- Identificação da diligências realizadas;
- Transcrição e resposta aos quesitos;
- Conclusão;
- Anexos;
- Apêndices;
- Assinatura do perito-contador que nele fará constar sua categoria profissional de contador e seu número de registro em conselho Regional de Contabilidade, comprovada mediante certidão de regularidade. É permitida a utilização da certificação digital, em consonância com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela infra estrutura de chaves públicas brasileiras- ICP- Brasil.

2.2.3 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL

A mediação é o processo onde os conflitantes recebem o auxílio de um terceiro onde deve ser imparcial em relação às duas partes e não deve possuir interesse no processo, onde a função do mediador é fazer com que as partes divergentes possam chegar a um acordo considerado bom para ambas as partes. Uma das vantagens da mediação é o diálogo mais próximo, diminuição do desgaste, e a desvantagem é que há possibilidades de desigualdades entre as partes.

A conciliação é um processo mais breve, sendo oriundo de ajustes de interesse entre as partes discordantes que também é necessário um conciliador a fim de fazer com que se chegue a um acordo e diferentemente de um mediador o conciliador apenas sugere sugestões a fim de solucionar um conflito. A vantagem da conciliação é o tempo reduzido para se chegar a um acordo, onde de acordo com o caso são marcadas novas sessões de mediação até se chegar a um acordo e já a desvantagem é a quantidade pequena de câmaras de mediação.

A arbitragem se caracteriza por um meio regulamentado por lei que visa a solução de conflitos, onde o período para este processo é bem mais rápido se comparado a um processo judicial normal. A vantagem de uma arbitragem contábil é a causa da diminuição de processos do poder judiciário, promovendo a justiça rápida e segura, mas em contrapartida a desvantagem é o elevado custo que as partes devem desembolsar.

De acordo com a lei 9307/1996 os requisitos obrigatórios para a sentença arbitral se caracteriza por ser:

- o relatório, que conterà os nomes das partes e um resumo do litígio;
- os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões de fato e de direito, mencionando-se, expressamente, se os árbitros julgaram por equidade;
- o dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes forem submetidas e estabelecerão o prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso; e

- a data e o lugar em que foi proferida.

A sentença arbitral será assinada pelo árbitro ou por todos os árbitros. Caberá ao presidente do tribunal arbitral, na hipótese de um ou alguns dos árbitros não poder ou não querer assinar a sentença, certificar tal fato.

A sentença arbitral decidirá sobre a responsabilidade das partes acerca das custas e despesas com a arbitragem, bem como sobre verba decorrente de litigância de má-fé, se for o caso, respeitadas as disposições da convenção de arbitragem, se houver.

Se, no decurso da arbitragem, as partes chegarem a acordo quanto ao litígio, o árbitro ou o tribunal arbitral poderá, a pedido das partes, declarar tal fato mediante sentença arbitral, que conterà os requisitos obrigatórios para a sentença arbitral .

2.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO CONFLITOS

No nosso dia a dia nos deparamos com diversas situações diferentes que exigem de nós seres humanos resiliência para sabermos lidar com cada situação da melhor forma possível a fim de estabelecer laços e gerar uma energia positiva.

2.3.1 GERENCIANDO CONFLITOS

O que é um conflito

Um conflito se caracteriza por ser uma falta de entendimento entre duas ou mais partes onde ocorre opiniões divergentes não se chegando a um consenso.

Em diversos aspectos da nossa sociedade podemos observar conflitos, pois em meio a diversas personalidades e diversos tipos de entendimento sempre ocorre incoerências que podem ocasionar conflitos.

Conversas difíceis

No nosso dia a dia nos deparamos com diversas conversas difíceis, onde de acordo com cada indivíduo pode variar a classificação da conversa entre fácil ou difícil.

Normalmente conversas difíceis são assuntos que temos um pouco de receio de dialogar que pode se caracterizar por um pedido de aumento de salário, uma reclamação de som alto do vizinho e dentre outras conversas.

Comunicação não violenta

A comunicação não violenta se caracteriza por ser um modo de se comunicar pacificamente fortalecendo laços e gerando bons relacionamentos.

Utilizando este meio de comunicação temos foco não somente na mensagem que desejamos transmitir mas também pensamos em meios mais receptivos para transmitir a mensagem.

Os benefícios da comunicação não violenta permite que seja evitado conflitos, pois se utiliza mais da empatia, a fim de analisar o entendimento de cada pessoa sob os aspectos alheios.

Regras universais

Em meios a tantas regras existentes existem regras que podem ser seguidas a fim de manter uma boa convivência entre os indivíduos.

A primeira regra é a coerência, devemos ser coerentes entre o que falamos e o atos que praticamos, onde através da coerência geramos confiança e aumentamos nossa reputação.

Devemos ser recíprocos, mas sem ferir nossos valores e princípios.

Somos seres influenciáveis, onde em determinados momentos influenciamos e outros somos influenciados por outras pessoas.

Quando estivermos no papel de influenciar devemos fundamentar nossos argumentos em fontes confiáveis, a fim de transmitir uma mensagem correta e segura.

Não devemos ser escravos da obediência cega devemos sempre questionar se as ordens que nos são propostas têm fundamentos.

Devemos saber identificar e comunicar nossos sentimentos, mas precisamos também saber ouvir os sentimentos alheios, a modo de não fazer julgamentos mas buscar ouvir e entender.

2.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Seguindo o que foi abordado no tópico acima, apresentamos a seguir banners sobre o tema Gerenciando Conflitos.

**O CONFLITO É ALGO
CRIATIVO, O QUE É
NEGATIVO É O
CONFRONTO.
O CONFLITO É A
DIVERGÊNCIA DE
POSTURA, O
CONFRONTO É A
TENTATIVA DE ANULAR
A OUTRA PESSOA.**

Mário Sérgio Cortella

Contioutra



O MAIOR PROBLEMA
DE COMUNICAÇÃO
É QUE NÃO OUVIMOS
PARA COMPREENDER,
OUVIMOS PARA RESPONDER.



A comunicação não violenta, também chamada comunicação empática, está alicerçada em 4 pilares: observação, sentimentos, necessidades e pedidos. Essa estrutura foi criada por Marshall Rosenberg para melhorar a qualidade dos relacionamentos.

1-Observação - saber ouvir sem julgamentos

2-Sentimentos - indagar sem fazer avaliações

3-Necessidades - compreender ao invés de usar estratégias

4-Pedidos - argumentar ao invés de dar ordens



7 dicas para evitar conflitos e competição no trabalho:

1-Entenda a importância de escutar o próximo

2-Busque por afinidades com seus colegas

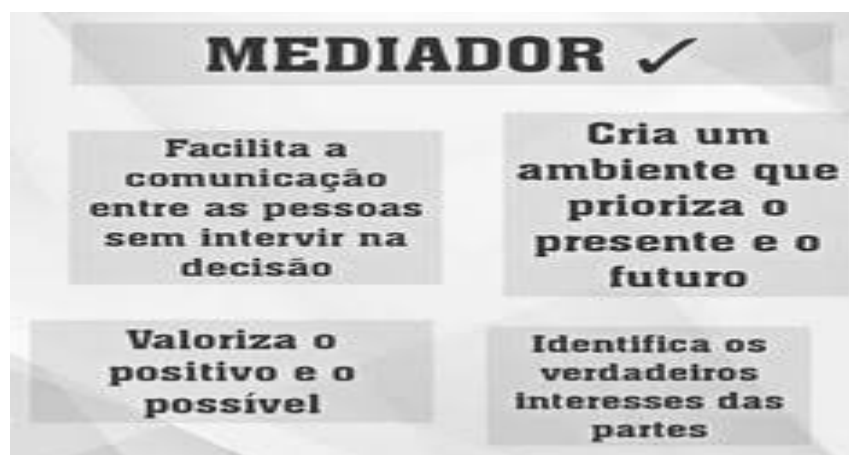
3-Proponha-se a ajudar os outros

4-Aprenda a demonstrar gratidão

5-Saiba lidar com críticas

6-Evite tecer ou participar de comentários maldosos

7-Não fuja dos problemas



3. CONCLUSÃO

Após a finalização do projeto concluímos que auditoria contábil é bastante importante e eficaz na eliminação de indícios de fraude ou falha contábil, onde é realizado uma minuciosa vistoria nos documentos contábeis e de inspeções internas da empresa, permitindo ao empreendedor conhecer os problemas, suas causas e consequências, além de receber orientações sobre possíveis meios de correção.

A perícia contábil possui uma grande importância na solução de conflitos contábeis, onde o perito contábil faz a análise e conferência das provas constatando se houve ou não irregularidades fiscais.

No nosso dia a dia nos deparamos com diversos conflitos, que se não forem sanados acabam se agravando, com isso nós seres humanos devemos desenvolver meios para buscar o gerenciamento dos conflitos e conseqüentemente viver em harmonia.

REFERÊNCIAS

- Conheça os tipos de conflitos nas organizações www.ibccoaching.com.br 2019. Disponível em <https://www.ibccoaching.com.br/portal/conheca-os-tipos-de-conflitos-nas-organizacoes/> Acesso em 07/04/2023.
- O que são conversas difíceis www.fm2s.com.br 2017. Disponível em <https://www.fm2s.com.br/blog/conversas-dificais>. Acesso em 07/04/2023.

ANEXOS

DocuSign Envelope ID: 3C474F0E-58D1-4C00-BF44-4E8CEA8AF26D

www.pwc.com.br

Instituto Natura
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente



DocuSign Envelope ID: 3C474F0E-58D1-4C00-BF44-4E8CEA8AF26D



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores
Instituto Natura

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Natura ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Natura em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., Av. Brigadeiro Faria Lima 3732, 16º, partes 1 e 6,
Edifício Adalberto Dellape Baptista B32, São Paulo, SP, Brasil, 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000, www.pwc.com.br



Instituto Natura

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Rodrigo Lobenwein Marcatti
Assinado por RODRIGO LOBENWEIN MARCATTI (930373867)
CPF: 0903038603
Data de assinatura: 19 April 2022 | 19:28 BRT
Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador CRC 1MG091301/O-2

Índice	
Demonstrações financeiras ilustrativas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações gerais	9
1.1 Contexto operacional	9
1.2 Eventos Relevantes do exercício	9
1.3 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	10
2.1 Base de preparação	10
2.2 Moeda Funcional	10
2.3 Caixa e equivalentes de caixa	11
2.4 Instrumentos financeiros	11
2.5 Imobilizado	13
2.6 Empréstimos e financiamentos	13
2.7 Arrendamento Mercantil	13
2.8 Fornecedores	14
2.9 Provisões	14
2.10 Benefícios a empregadores e executivos	14
2.11 Capital social	14
2.12 Apuração do superávit / déficit - receitas e despesas	14
2.13 Trabalhos voluntários	15
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	15
4 Caixa e equivalentes de caixa	15
5 Títulos e valores mobiliários	16
6 Imobilizado	16
7 Direitos de uso	16
8 Empréstimos e financiamentos	19
9 Fornecedores e outras contas a pagar	19
10 Obrigações trabalhistas e tributárias	19
11 Provisões para contingências	20
12 Patrimônio social	20
13 Receitas sociais	21
14 Despesas sociais	22
15 Receita (despesas) financeiras	23
16 Remuneração da Administração	23
17 Renúncia fiscal	23
18 Eventos subsequentes	24
19 Aprovação para emissão das Demonstrações Financeiras	24

INSTITUTO NATURA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>		<u>2021</u>	<u>2020</u>
ATIVOS			PASSIVOS E PASSIVO A		
			DESCOBERTO		
CIRCULANTES			CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	287	248	Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	15.102	5.006
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	3.835	3.414	Arrendamento Mercantil (Nota 7)	366	266
Outros ativos	169	35	Fornecedores e provisões (Nota 9)	858	1.341
Total dos ativos circulantes	<u>4.292</u>	<u>3.697</u>	Obrigações trabalhistas (Nota 10)	2.149	1.585
			Obrigações tributárias (Nota 10)	337	199
			Total dos passivos circulantes	<u>18.812</u>	<u>8.397</u>
NÃO CIRCULANTES			NÃO CIRCULANTES		
Imobilizado (Nota 6)	13	24	Arrendamento Mercantil (Nota 7)	1.172	1.206
Direito de uso (Nota 7)	1.301	1.361	Provisão para contingências (Nota 11)	469	469
Total dos ativos não circulantes	<u>1.314</u>	<u>1.385</u>	Total dos passivos não circulantes	<u>1.641</u>	<u>1.675</u>
			PASSIVO A DESCOBERTO		
			Patrimônio Social (Nota 12)	162	162
			Déficit acumulado (Nota 12)	(15.010)	(5.152)
			Total do passivo a descoberto	<u>(14.848)</u>	<u>(4.990)</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u>5.605</u>	<u>5.082</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PASSIVO A	<u>5.605</u>	<u>5.082</u>
			DESCOBERTO		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO NATURA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E
2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RECEITAS SOCIAIS (NOTA 13)		
Doações Crer Para Ver	36.789	37.742
Trabalho Voluntário	600	517
Outras doações	4.127	2.681
RECEITAS SOCIAIS	<u>41.515</u>	<u>40.940</u>
DESPESAS SOCIAIS (NOTA 14)		
Gerais e administrativas	(1.975)	(2.165)
Com projetos	(49.126)	(37.447)
	<u>(51.101)</u>	<u>(39.612)</u>
(DÉFICIT) / SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>(9.586)</u>	<u>1.328</u>
Receitas financeiras (Nota 15)	391	94
Despesas financeiras (Nota 15)	(663)	(182)
(DÉFICIT) / SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>(9.858)</u>	<u>1.240</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 3C474F0E-58D1-4C00-BF44-4E8CEA8AF26D

INSTITUTO NATURA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021 E 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
(DÉFICIT) / SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>(9.858)</u>	<u>1.240</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(9.858)</u>	<u>1.240</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 3C474F0E-58D1-4C00-BF44-4E8CEA8AF26D

INSTITUTO NATURA
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (negativo)
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Patrimônio social</u>	<u>(Déficit) acumulados</u>	<u>Passivo à descoberto</u>
Em 1º de janeiro de 2020	162	(6.392)	(6.230)
Superávit/(déficit) do exercício	-	1.240	1.240
Em 31 de dezembro de 2020	162	(5.152)	(4.990)
Superávit/(déficit) do exercício	-	(9.858)	(9.858)
Em 31 de dezembro de 2021	162	(15.010)	(14.848)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

7 de 24

INSTITUTO NATURA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Déficit) / Superávit do período (Nota 12)	(9.858)	1.240
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa:		
Juros sobre aplicações e títulos de valores mobiliários	(391)	(94)
Depreciações e amortizações (Imobilizado e Intangível) (Nota 6)	12	21
Depreciações e amortizações (Direito de Uso) (Nota 7)	399	309
Atualização monetária sobre Provisão para contingências (Nota 11)	-	11
Juros e variação cambial sobre arrendamento mercantil (Nota 8)	118	115
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (Nota 8)	(102)	(31)
AUMENTO/(REDUÇÃO) DOS ATIVOS E PASSIVOS		
Outros ativos	(134)	11
Fornecedores e provisões (Nota 9)	(483)	267
Obrigações trabalhistas (Nota 10)	564	(11)
Obrigações tributárias (Nota 10)	138	(81)
CAIXA (UTILIZADO) / GERADO NAS ATIVIDADES SOCIAIS	(9.737)	1.758
OUTROS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES SOCIAIS		
Pagamento de empréstimos e financiamentos (Nota 8)	(5.006)	(7.000)
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil (Nota 7)	66	(416)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES SOCIAIS	(14.677)	(5.659)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições (venda) de imobilizado e intangível (Nota 6)	(340)	447
Aplicação em títulos e valores mobiliários (Nota 5)	(51.150)	(33.500)
Resgate de títulos e valores mobiliários (Nota 5)	50.715	33.939
Resgate de juros sobre aplicações e títulos de valores mobiliários (Nota 5)	14	8
CAIXA (UTILIZADO) GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(761)	894
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de arrendamento mercantil - principal	(481)	(346)
Captações de empréstimos e financiamentos (Nota 8)	15.204	5.000
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	15.204	4.654
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	39	(110)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	248	358
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	287	248
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	39	(110)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO NATURA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

O Instituto Natura, doravante denominado simplesmente "Instituto", é uma Associação sem fins lucrativos ou econômicos, com prazo de duração indeterminado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjunto 171, Condomínio Edifício Faria Lima, e tem por objeto social a transformação da sociedade, focando na promoção da qualidade de vida, em suas diferentes dimensões, com ênfase na educação, na ampliação das liberdades, na democratização do acesso à informação, no aprofundamento da justiça social e na sustentabilidade.

O Instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que é um título concedido pelo Ministério da Justiça do Brasil, para as organizações que atendam aos requisitos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. O Instituto possui essa titulação desde 31 de janeiro 2011.

A partir de 2016, com a publicação da Portaria MJ nº 362, de 1º de março de 2016, a renovação anual deixou de ocorrer, e a titulação permanece vigente enquanto as condições iniciais para sua obtenção sejam atendidas.

1.2 Eventos relevantes do exercício

Durante o exercício de 2021, o Instituto apresentou:

- Passivo à descoberto de R\$ 14.848 (R\$ 4.990 em 2020),
- Capital circulante líquido negativo de R\$ 14.520 (R\$ 4.700 em 2020) e
- Déficit do exercício de R\$ 9.858 (superávit de R\$ 1.241 em 2020).

As alterações nessas posições são decorrentes principalmente pelo aumento nas receitas sociais recebidas pelo Instituto no mesmo exercício (nota explicativa nº 13), principalmente pela aumento dos repasses que a mantenedora fez para o Instituto. O Instituto teve um aumento de orçamento para o ano de 2021 para investimento em ações de recomposição de aprendizagens, investimentos em seus compromissos voltados para a educação pública no Brasil e desenvolvimento para consultoras, líderes e demais integrantes da força de vendas.

A principal fonte de recursos do Instituto é oriunda da mantenedora Natura Cosméticos S.A. e suas subsidiárias do Brasil, que destina o lucro da linha de produtos Crer Para Ver para que seja investido em ações sociais e manutenção do Instituto. Adicionalmente, a administração destaca para demonstrar o pressuposto de continuidade do Instituto que na data de aprovação da emissão destas demonstrações financeiras, há recursos financeiros da Linha Crer Para Ver que se encontram aplicados na mantenedora do Instituto, os quais são considerados suficientes para garantir a premissa de continuidade da operação. Em 31 de dezembro de 2021 este montante é de R\$ 73.546 (61.023 em 2020).

1.3 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Instituto instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

INSTITUTO NATURA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando a realidade do Instituto, não foi identificado impactos até o momento, todavia, o mesmo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem finalidade de Lucros, CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Por fim, a Administração avaliou a capacidade do Instituto em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, assim como não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios do Instituto.

2.2 Moeda Funcional

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Operações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Instituto (R\$ - reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados

INSTITUTO NATURA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, nas rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras".

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Estão registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativo

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio do Instituto para a gestão destes ativos financeiros. O Instituto inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio de resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os instrumentos financeiros do Instituto são classificados como:

(i) Custo amortizado

Quando atender as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

São subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Quando não classificado como custo amortizado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla os títulos e valores mobiliários caixa e equivalentes de caixa.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros do Instituto são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros

INSTITUTO NATURA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, quando aplicável.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Instituto durante os períodos apresentados incluem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 8) e fornecedores (nota explicativa nº 9).

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos e perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Nos exercícios apresentados, o Instituto não possuía passivos financeiros classificados nesta categoria.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos e fornecedores)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica a empréstimos e financiamentos e fornecedores concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação

12 de 24

INSTITUTO NATURA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamentos.

A depreciação é calculada pelo método linear tendo como referência o valor do custo menos o valor residual e a vida útil remanescente. As estimativas de vidas úteis estão demonstradas conforme segue:

- . Móveis e utensílios - 5 - 8 anos (12,5% a.a. à 20% a.a.)
- . Equipamentos de informática – 15 – 20 anos (5% a.a. à 6,67% a.a.)
- . Benefetórias em propriedades de terceiros – 20 anos (5% a.a.)

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado (nota explicativa nº6).

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.7 Arrendamento mercantil

O Instituto aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2), que introduziu um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro, que era aplicado pelo Instituto até 31 de dezembro de 2018. O impacto desta nova norma aplicada está ilustrado na nota explicativa nº 7.

INSTITUTO NATURA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado tendo como referência o método de taxa de juros efetiva.

2.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, por meio de aplicação de uma taxa de desconto acrescida dos efeitos de impostos sobre o lucro, que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é contabilizado como despesa financeira.

As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Provisão para contingências

As provisões para contingências são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

2.10 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor e em função de serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.11 Patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2021, o total acumulado de destinações ao fundo patrimonial classificado como patrimônio social era R\$ 162 (R\$ 162 em 2020).

2.12 Apuração do superávit / déficit - receitas e despesas

As receitas oriundas de doações são registradas mediante documentação hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

INSTITUTO NATURA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há previsão para devolução das doações ao doador. Adicionalmente a Administração do Instituto possui autonomia para a destinação das respectivas doações e não há projetos em que há a efetiva correlação entre a doação recebida e a despesa a ser incorrida.

As despesas com doação são registradas no momento em que os respectivos gastos são incorridos ou quando há um efetivo compromisso contratual assumido de destinação de recursos para um projeto ou iniciativa. Para alguns projetos, estes compromissos são assumidos de maneira parcial, a partir das respectivas prestações de contas dos parceiros para cada fase do projeto

2.13 Trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de desembolsar, caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros ("ITG 2002"), o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração no exercício de suas funções.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receitas sociais de outras doações (nota explicativa nº 13) em contrapartida nas despesas sociais com pessoal (nota explicativa nº 14).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas nas respectivas rubricas, conforme notas explicativas abaixo, quando aplicável.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	287	248
	<u>287</u>	<u>248</u>

INSTITUTO NATURA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5	Títulos e valores mobiliários	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	Fundo de investimento exclusivo (i)	3.835	3.414
		<u>3.835</u>	<u>3.414</u>

(i) Fundo de Investimento Essencial – fundo exclusivo do Grupo Natura o qual é um Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado sob gestão, administração e custódia do Itaú Unibanco Asset Management. Os ativos elegíveis na composição da carteira são: títulos da dívida pública, certificado de Depósito Bancário (CDB), Letras Financeiras e operações compromissadas. Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas com rendimento a qualquer momento.

6 **Imobilizado**

	<u>%</u>	<u>2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2021</u>
Valor de custo					
(+) Benfeitorias em propriedades de terceiros		214	-	-	214
(+) Móveis e utensílios		192	1	-	193
(+) Equipamentos de informática		91	-	-	91
Total custo		<u>497</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>498</u>
Depreciação					
(-) Benfeitorias em propriedades de terceiros	20	(211)	(3)		(214)
(-) Móveis e utensílios	7	(171)	(9)		(180)
(-) Equipamentos de informática	18	(91)			(91)
Total depreciação		<u>(473)</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>(485)</u>
Total geral		24	(11)	-	(13)

INSTITUTO NATURA

	<u>%</u>	<u>2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2020</u>
Valor de custo					
(+) Benfeitorias em propriedades de terceiros		214	-	-	214
(+) Móveis e utensílios		191	3	(2)	192
(+) Equipamentos de informática		91	-	-	91
Total custo		496	3	(2)	497
Depreciação					
(-) Benfeitorias em propriedades de terceiros	20	(207)	(4)		(211)
(-) Móveis e utensílios	7	(153)	(19)	(1)	(171)
(-) Equipamentos de informática	18	(91)			(91)
Total depreciação		(451)	(23)	(1)	(473)
Total geral		45	(20)	(1)	24

7 Direito de uso

	<u>%</u>	<u>2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2021</u>
Valor de custo					
(+) Imóveis		2.104	339	-	2.443
Total custo		2.104	339	-	2.443
Depreciação					
(-) Imóveis	1,08	(743)	(475)	76	(1.142)
Total depreciação		(743)	(475)	76	(1.142)
Total geral		1.361	(136)	76	1.301

INSTITUTO NATURA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Obrigações com arrendamento financeiro

A propriedade é a própria garantia do arrendador uma vez que, na falta de pagamento, o bem arrendado reverte ao arrendador.

O prazo de vencimento do contrato com vigência de 5 anos, foi fevereiro de 2020. Em junho de 2020, foi firmado um aditivo (6º) em que foram definidos os critérios de cálculo do valor do aluguel para os próximos 5 anos (2020 - 2025), confirmando o ajuste entre as Partes pela prorrogação do contrato.

Foi elaborado o 7º aditivo (7º) ratificando a prorrogação da vigência do contrato (2020 - 2025) e indicando que, excepcionalmente este ano, foi ajustada a aplicação de um índice de reajuste diferente daquele previsto em contrato (IPCA em vez de IGPM).

As vidas úteis aplicadas referem-se aos prazos pelos quais o Instituto tem segurança de que utilizará os ativos objetos dos contratos de arrendamento mercantil observando as condições contratuais. Em 1º de janeiro de 2021 correspondiam ao prazo remanescente dos contratos vigentes na data da transição da norma de Arrendamentos.

	<u>2021</u>	<u>Captações</u>	<u>Juros</u>	<u>Transferências</u>	<u>2020</u>
<u>Valor de Custo</u>					
(+) Principal	(1.773)		(1)	-	(1.772)
Total custo	<u>(1.773)</u>	-	<u>(1)</u>	-	<u>(1.772)</u>
<u>Depreciação</u>					
(-) Amortização	235	-	(66)		(301)
Total depreciação	<u>235</u>	-	<u>(66)</u>	-	<u>(301)</u>
Total geral	<u>(1.538)</u>	-	<u>(67)</u>	-	<u>(1.472)</u>

Obrigações com arrendamento financeiro

A propriedade é a própria garantia do arrendador uma vez que, na falta de pagamento, o bem arrendado reverte ao arrendador.

O prazo de vencimento do contrato com vigência de 5 anos, foi fevereiro de 2020. Em junho de 2020, foi firmado um aditivo (6º) em que foram definidos os critérios de cálculo do valor do aluguel para os próximos 5 anos (2020 - 2025), confirmando o ajuste entre as Partes pela prorrogação do contrato.

Foi elaborado o 7º aditivo (7º) ratificando a prorrogação da vigência do contrato (2020 - 2025) e indicando que, excepcionalmente este ano, foi ajustada a aplicação de um índice de reajuste diferente daquele previsto em contrato (IPCA em vez de IGPM).

INSTITUTO NATURA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A implementação do IFRS16 se deu com a assinatura do 6º aditivo em junho de 2020. As obrigações com arrendamento financeiro apresentam os seguintes prazos de vencimento:

8 Empréstimos e financiamentos

	<u>2020</u>	<u>Captação</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Juros</u>	<u>2021</u>
Empréstimos e financiamentos	(5.006)	(15.204)	5.006	102	(15.102)
Total	(5.006)	(15.204)	5.006	102	(15.102)

O empréstimo bancário contratado em 09 de dezembro de 2021 possui vencimento em 06 de junho de 2022. O mesmo foi contratado com taxa de juros 100% Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) composto com uma taxa fixa de 1,450% ao ano exponencial a ser paga através de uma única parcela debitada em conta. Não há garantia oferecida conforme consta em contrato de crédito bancário.

9 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores internacionais	-	(25)
Fornecedores nacionais (i)	(516)	(590)
Provisões de contas a pagar (ii)	(342)	(726)
	(858)	(1.341)

(i) As atividades administrativas de suporte (contábil, financeiro, jurídico, tecnologia da informação, etc.) são executadas pela Natura Cosméticos S.A. e cobradas do Instituto. Em 31 de dezembro de 2021, o Instituto possuía um saldo a pagar para a Natura Cosméticos S.A. de R\$15 (R\$15 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Refere-se às provisões de despesas diversas para atender ao regime de competência.

10 Obrigações trabalhistas e tributárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários a pagar	(990)	(678)
Encargos sociais sobre folha	(514)	(406)
Provisão para férias e encargos	(645)	(501)
	(2.149)	(1.585)

INSTITUTO NATURA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
INSS	-	(6)
IRRF	(148)	(124)
ISS	(9)	(19)
Outros	(180)	(50)
	<u>(337)</u>	<u>(199)</u>

11 Provisões para contingências

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Trabalhistas (i)	(469)	(469)
	<u>(469)</u>	<u>(469)</u>

- (i) O saldo apresentado consiste em riscos trabalhistas compostos majoritariamente por encargos (INSS e IR). Adicionalmente, em 2020 houve mudança estratégica do Instituto, onde formadores foram substituídos por consultores (terceiros), melhorando a abordagem de atuação, além de mitigar eventuais riscos trabalhistas. O valor não foi atualizado monetariamente, visto que o mesmo será revertido em 2022 diante do não mais risco de ações.

12 Patrimônio social

	<u>Patrimônio social (Passivo à descoberto)</u>	<u>Déficit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2021	162	(5.152)	(4.990)
Déficit do exercício	-	(9.858)	(9.858)
Em 31 de dezembro de 2021 (i)	162	(15.010)	(14.848)

O fundo patrimonial é formado por 10% do valor de doações recebidas das associadas patrocinadoras, quando estas não forem destinadas a projetos específicos. Visa garantir a sustentabilidade e a perpetuação do patrimônio e objeto social do Instituto Natura. A utilização do fundo patrimonial é aprovada, quando necessária, em Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2021, o total acumulado de destinações ao fundo patrimonial classificado como patrimônio social era R\$ 162 (R\$ 162 em 2020).

(i) **Déficit acumulado**

Em 31 de dezembro de 2021, o déficit acumulado é de R\$ 15.010 (déficit de R\$ 5.152 em 2020).

INSTITUTO NATURA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Receitas sociais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Doações Crer Para Ver (i)	36.789	37.742
Trabalho Voluntário (iii)	600	517
Outras doações (ii)	<u>4.127</u>	<u>2.681</u>
RECEITAS SOCIAIS	<u>41.515</u>	<u>40.940</u>

- (i) Doação da Natura Cosméticos S.A. e suas subsidiárias do Brasil, que está associada ao repasse do resultado líquido das vendas da linha de produtos Natura Crer Para Ver, acrescidas das despesas de Head.
- (ii) Doações recebidas de outros Institutos e Fundações para destinação em projetos coordenados pelo Instituto Natura para investimento nas ações onde atuamos.
- (iii) Trabalho voluntário dos integrantes do Conselho de Administração. O trabalho e serviço voluntário obtido não gerou desembolso de caixa para o Instituto Natura e refere-se aos honorários do conselho de administração. Caso houvesse necessidade de desembolso de caixa para esta finalidade o Instituto Natura estima que teria desembolsado o valor aproximado de R\$ 599.519,94 (2021 – R\$ 517.385,00), conforme demonstrado a seguir:

	2021		2020	
	Valor / Hora	Valor / Hora	Valor / Hora	Valor / Hora
Conselho de Administração	7.508	599.520	7.287	517.385

INSTITUTO NATURA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Despesas sociais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Gerais e administrativas		
Pessoal (i)	935	1.279
Consultorias e serviços intelectuais (iv)	329	206
Manutenção e conservação	626	561
Outras despesas (v)	72	101
Comunicação e eventos (v)	13	18
	<u>1.975</u>	<u>2.165</u>
Projetos		
Consultorias e serviços intelectuais (iii)	20.879	13.321
Doações realizadas (ii)	14.592	11.388
Pessoal (i)	8.650	7.707
Outras despesas	1.602	1.434
Formações para projetos (iii)	-	193
Comunicação e eventos	3.240	3.212
Despesas com logística (v)	163	192
	<u>49.126</u>	<u>37.447</u>
Total	<u>51.101</u>	<u>39.612</u>

- (i) Tivemos a saída de colaboradores do Instituto no ano de 2021 que não foram respostas dentro do mesmo ano. Apesar da redução no administrativo, os projetos mantiveram seu pessoal, sendo o aumento decorrente dos ajustes / dissídio previstos em lei (CLT), bem como, subsídio internet.
- (ii) Doações realizadas pelo Instituto são direcionadas para organizações parceiras. O aumento se deu para viabilização da expansão e maior abrangência do projeto de alfabetização, ensino médio em tempo integral e Agendas Prioritárias de Educação.
- (iii) Em decorrência da mudança estratégica do Instituto, os formadores foram substituídos por consultores (terceiros), melhorando a abordagem de atuação, além de mitigar eventuais riscos trabalhistas. Esta mudança refletiu nesta rubrica, especialmente pelo aumento na capacidade produtiva (uma vez que o Instituto não é mais responsável por gerenciar os formadores).
- (iv) Contratação de empresa para consultoria em projetos Resource (Projeto CPV 130k).
- (v) Redução nas despesas gerais de escritório como táxi, coffeebreak, material de escritório, serviços de motoboys e outros.

INSTITUTO NATURA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Receitas (despesas) financeiras	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros com aplicações financeiras	339	79
Outras receitas	52	15
	391	94
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos	(193)	(27)
Juros com arrendamento mercantil	(171)	(116)
Outras despesas financeiras (i)	(299)	(39)
	(663)	(182)
Resultado financeiro líquido	(272)	(88)

- (i) Variação ocorreu devido a despesas com empréstimo efetuado em 2021 no valor de R\$ 15.000.000,00 diante de 2020 onde pagamos um valor de R\$ 5.000.000,00. Os valores decorrem de juros e IOF.

16 Remuneração da administração

Conforme previsto no Estatuto Social do Instituto, o Conselho de Administração do Instituto, através de Assembleia Geral, é responsável por instituir a remuneração para os dirigentes do Instituto, nos termos da Lei nº 9.790/99, que atuem efetivamente na gestão executiva. Os membros do Conselho de Administração do Instituto não são remunerados por suas funções estatutárias e têm sua dedicação contabilizada conforme descrito na nota explicativa nº 3.11 "Trabalho Voluntário". O Conselho de Administração é responsável por instituir a remuneração para os demais dirigentes do Instituto, nos termos da Lei nº 9.790/99, que atuem efetivamente na gestão executiva.

17 Renúncia fiscal

O Instituto está sujeito a determinados tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. No julgamento da Administração, para fins de atendimento às divulgações exigidas pela ITG 2002(R1), a renúncia fiscal engloba o Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

O ITCMD está previsto na Constituição Federal art. 155, I. O Instituto Natura é isento do mesmo conforme Lei nº 10.705/2000 do Estado de São Paulo por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos cujo objetivo social está vinculado à promoção dos direitos humanos.

INSTITUTO NATURA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Evento subsequente

A administração do Instituto está avaliando os impactos econômico-financeiros decorrentes do COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas existentes. Com base nas melhores informações internas e de fontes externas disponíveis, a administração não vislumbra impactos no que diz respeito à continuidade operacional do Instituto, nas estimativas contábeis registradas para realização de ativos ou relacionadas à provisão de obrigações em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

19 Aprovação para emissão das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração do Instituto em reunião realizada em 18 de abril de 2022.

Diretoria

Presidente
David Saad

Gerente de Finanças e Governança
Rodolfo Luque Simões

Responsável Técnico
Valéria Adegas
Gerente RTR
CRC: 1SP234636

Controller
Alessandra Segatelli
Controller Financeira Latam

* * *

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

O Projeto Integrado faz parte da extensão Universitária. O grupo aplica os conhecimentos adquiridos em sala de aula, desenvolvendo estudos de caso aplicados em empresas reais e além disso, utilizam os temas de Formação para a Vida, para construir algo direcionado para a sociedade. Esta parte do projeto, está destinada ao relatório de autoavaliação dos integrantes do grupo. O relatório foi desenvolvido, para registrar essa atividade extensionista, que fará parte do currículo de cada estudante.

A equipe deve desenvolver um relatório com o conteúdo igual para todos os integrantes, mas, cada estudante deve replicar o conteúdo e colocar seu nome de forma individual, o nome dos integrantes deve estar no final do relatório, conforme campo disponível. Por esse motivo, estão disponíveis cinco anexos do relatório, destinados um para cada integrante do grupo.

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante A)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE
RELATÓRIO: AUTOAVALIAÇÃO
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MÓDULO: AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL
PROFESSOR RESPONSÁVEL: PAULO CÉSAR MONTANHEIRO
ESTUDANTE: GESNER DE SOUZA RIBEIRO
PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 02/03/2023 A 12/04/2023

2. DESENVOLVIMENTO
<p>Contextualização: Neste trabalho de PI fizemos um estudo referente às áreas de auditoria contábil e também perícia contábil, onde realizamos pesquisas para descrever o papel que cada área desempenha. Fizemos um estudo de uma empresa real onde analisamos as demonstrações contábeis da ong Instituto Natura. Desenvolvemos também um estudo sobre conflitos, onde foi explanado as possíveis causas de um conflito e também as possíveis soluções.</p>
<p>Desafio: Um dos maiores desafios encontrados pelo grupo foi a conciliação do tempo para conclusão do trabalho do PI.</p>
<p>Cronograma das Ações: Nosso grupo contou com dois participantes, onde fizemos a divisão de tarefas ao meio, onde cada integrante do grupo ficou responsável por metade do trabalho. O cronograma foi definido de acordo com a disponibilidade dos integrantes do grupo sempre levando em consideração a data limite para envio do PI</p>
<p>Síntese das Ações: A primeira ação a ser tomada pelo nosso grupo foi a confecção de um grupo de whatsapp onde fomos nos comunicando até chegar em consenso a respeito da divisão do trabalho e também a escolha da empresa que desenvolvemos as análises.</p>

<p>a. Aspectos positivos Desenvolvimento do conhecimento através de pesquisas e estudo de exemplos reais, sendo muito importante pois agrega valor ao nosso conhecimento.</p>	
<p>b. Dificuldades encontradas Conciliar o tempo para a confecção do PI com as nossas atividades do dia a dia.</p>	
<p>c. Resultados atingidos Entrega do trabalho em tempo hábil e aumento do aprendizado.</p>	
<p>d. Sugestões / Outras observações: Mais atenção na formação das equipes, de modo que as equipes não fiquem desfalcadas com menos integrantes.</p>	
<p>3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO</p>	
RA 1012021100223	GESNER DE SOUZA RIBEIRO
RA 1012021100257	CECILIA TIEKO GIBO
RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante B)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE
RELATÓRIO: AUTOAVALIAÇÃO
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MÓDULO: AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL
PROFESSOR RESPONSÁVEL: PAULO CÉSAR MONTANHEIRO
ESTUDANTE: CECILIA TIEKO GIBO
PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 02/03/2023 A 12/04/2023

2. DESENVOLVIMENTO
<p>Contextualização: Neste trabalho de PI fizemos um estudo referente às áreas de auditoria contábil e também perícia contábil, onde realizamos pesquisas para descrever o papel que cada área desempenha. Fizemos um estudo de uma empresa real onde analisamos as demonstrações contábeis da ong Instituto Natura. Desenvolvemos também um estudo sobre conflitos, onde foi explanado as possíveis causas de um conflito e também as possíveis soluções.</p>
<p>Desafio: Um dos maiores desafios encontrados pela equipe foi a conciliação do tempo para conclusão do trabalho do PI, porque na confusão que aconteceu para montar a equipe, ficamos só em 2.</p>
<p>Cronograma das Ações: Nosso grupo contou com dois participantes, onde fizemos a divisão de tarefas ao meio, onde cada integrante do grupo ficou responsável por metade do trabalho. O cronograma foi definido de acordo com a disponibilidade dos integrantes do grupo, sempre levando em consideração a data limite para envio do PI.</p>

Síntese das Ações: A primeira ação a ser tomada pelo nosso grupo foi a confecção de um grupo de whatsapp onde fomos nos comunicando até chegar em consenso a respeito da divisão do trabalho e também a escolha da empresa que desenvolvemos as análises.

a. Aspectos positivos: Desenvolvimento do conhecimento através de pesquisas e estudo de exemplos reais, sendo muito importante pois agrega valor ao nosso conhecimento.

b. Dificuldades encontradas: Fazer o PI apenas em 2 pessoas, tendo ainda que conciliar com o trabalho do dia a dia,

c. Resultados atingidos: Entrega do trabalho em tempo hábil e aumento do aprendizado.

d. Sugestões / Outras observações: Mais atenção na formação das equipes, de modo que as equipes não fiquem desfalcadas com menos integrantes.

3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA 1012021100223	NOME GESNER DE SOUZA RIBEIRO
RA 1012021100257	NOME CECILIA TIEKO GIBO
RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante C)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE
RELATÓRIO:
CURSO:
MÓDULO:
PROFESSOR RESPONSÁVEL:
ESTUDANTE:
PERÍODO DE REALIZAÇÃO:
2. DESENVOLVIMENTO
Contextualização: Descreva de forma simples e objetiva, o contexto do projeto como um todo, o que foi proposto e o que foi desenvolvido pela equipe
Desafio: De forma breve, defina junto com a equipe, quais foram os maiores desafios encontrados no decorrer do Projeto.
Cronograma das Ações: Neste Campo, descreva como foi definido o cronograma da equipe, dentro do período de desenvolvimento.

Síntese das Ações: Neste campo, descreva uma síntese das ações que foram desenvolvidas no decorrer do PI, tais como, encontros remotos ou presenciais, ou até mesmo as buscas de informações nas empresas utilizadas na elaboração do PI.

e. Aspectos positivos

f. Dificuldades encontradas

g. Resultados atingidos

h. Sugestões / Outras observações

3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante D)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE
RELATÓRIO:
CURSO:
MÓDULO:
PROFESSOR RESPONSÁVEL:
ESTUDANTE:
PERÍODO DE REALIZAÇÃO:

2. DESENVOLVIMENTO
Contextualização: Descreva de forma simples e objetiva, o contexto do projeto como um todo, o que foi proposto e o que foi desenvolvido pela equipe
Desafio: De forma breve, defina junto com a equipe, quais foram os maiores desafios encontrados no decorrer do Projeto.
Cronograma das Ações: Neste Campo, descreva como foi definido o cronograma da equipe, dentro do período de desenvolvimento.

Síntese das Ações: Neste campo, descreva uma síntese das ações que foram desenvolvidas no decorrer do PI, tais como, encontros remotos ou presenciais, ou até mesmo as buscas de informações nas empresas utilizadas na elaboração do PI.

i. Aspectos positivos

j. Dificuldades encontradas

k. Resultados atingidos

l. Sugestões / Outras observações

3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante E)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE
RELATÓRIO:
CURSO:
MÓDULO:
PROFESSOR RESPONSÁVEL:
ESTUDANTE:
PERÍODO DE REALIZAÇÃO:

2. DESENVOLVIMENTO
Contextualização: Descreva de forma simples e objetiva, o contexto do projeto como um todo, o que foi proposto e o que foi desenvolvido pela equipe
Desafio: De forma breve, defina junto com a equipe, quais foram os maiores desafios encontrados no decorrer do Projeto.
Cronograma das Ações: Neste Campo, descreva como foi definido o cronograma da equipe, dentro do período de desenvolvimento.

Síntese das Ações: Neste campo, descreva uma síntese das ações que foram desenvolvidas no decorrer do PI, tais como, encontros remotos ou presenciais, ou até mesmo as buscas de informações nas empresas utilizadas na elaboração do PI.

m. Aspectos positivos

n. Dificuldades encontradas

o. Resultados atingidos

p. Sugestões / Outras observações

3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME

